

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.691.006 - CE (2017/0196783-7)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : AMUARAMA TURISMO LTDA  
**ADVOGADOS** : MARIANA COSTA FILIZOLA - CE024857  
PRISCILA BARRETO MOREIRA SILVA E OUTRO(S) - CE025582  
ADENAUER MOREIRA - CE016029  
JOYCE LIMA MARCONI GURGEL - CE010591  
NARA CANDIDA PINHEIRO BONADIES - CE026234  
**RECORRIDO** : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD  
**ADVOGADA** : KARINA HELENA CALLAI - DF011620  
**ADVOGADOS** : ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550  
PAULO HENRIQUE DE ABREU SILVA E OUTRO(S) - CE023527

**EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. VIOLAÇÃO EXTRA CONTRATUAL DE DIREITO AUTORAL. REPRODUÇÃO POR MEIO DE TELEVISORES E RÁDIOS EM QUARTOS DE HOTEL.*

*1. Conforme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a disponibilização de aparelhos radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança dos direitos autorais pelo ECAD das obras musicais, lítero-musicais e fonogramas por meio deles executadas.*

*2. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E DESPROVIDO.*

**DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por AMUARAMA TURISMO LTDA. com fundamento no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição da República contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (fl. 566):

*APELAÇÃO CÍVEL. DIREITOS AUTORAIS. ECAD. INDENIZAÇÃO POR VIOLAÇÃO EXTRA CONTRATUAL DE DIREITO AUTORAL. REPRODUÇÃO POR MEIO DE TELEVISORES E RÁDIOS EM QUARTOS DE HOTEL. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS MEIOS DE HOSPEDAGEM. EXPLORAÇÃO DE OBRAS ARTÍSTICAS. PAGAMENTO DE*

**DIREITOS AUTORAIS DEVIDOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

1. A presente demanda orbita acerca da necessidade de pagamento de direitos autorais, no qual a parte apelante alega a aplicabilidade do disposto no artigo 68 da Lei n.º 9.610/1998 aos casos de transmissão e reprodução televisiva e radiofônica em quartos de hotéis, o que determina o pagamento pelos direitos autorais violados.
2. São devidos, os pagamentos referentes aos direitos autorais em razão da disponibilização de televisores e rádios dentro dos quartos de hotéis, por configurarem exploração de obras artísticas para incremento dos serviços prestados pelo meios de hospedagem. (STJ - Informativos n.º 0470 e 0228; REsp n.º 1.117.391/RS - 2009/0009385-1, MINISTRO SIDNEI BENETI, Segunda Turma, julgado em 27 de abril de 2011). Precedentes.
3. Fixação de juros de mora de 1% ao mês constados desde o ato ilícito, e correção monetária a partir da data em que devido o pagamento. (Inteligência do artigo 398 do Código Civil/2002 e enunciado da Súmula n.º 54/STJ). Precedentes.
4. Tendo em vista a mudança da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça ao longo dos anos, é impossível a aplicação de penalidade de suspensão contida no artigo 105 da Lei n.º 9.610/1998. Contudo, a partir da resolução definitiva da presente lide entre as partes litigantes, caso ocorra reiteração da conduta analisada, poder-se-á ser considerada conduta violadora da legislação vigente à luz da jurisprudência atual com a aplicação das cominações legais.
5. Recuso conhecido e parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, ambos restaram rejeitados nos seguintes termos (fl. 793):

**EMBARGO DE DECLARAÇÃO INTERPOSTO POR AMBAS AS PARTES. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIO E CUSTAS PROCESSUAIS. EMBARGOS INTERPOSTOS PELO ECAD ACOLHIDOS. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. EM RELAÇÃO AO EMBARGO INTERPOSTO POR AMUARAMA TURISMO LTDA .IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 18 DO TJCE. RECURSO NÃO ACOLHIDO.**

1. Trata-se de embargos de declaração interpostos por ambas as partes, ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD e AMUARAMA TURISMO LTDA, em virtude de suposta omissão e obscuridade presentes no

*acórdão que julgou parcialmente provido o recurso de Apelação;*

*2. Em relação ao embargos interpostos pelo ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD, devem estes ser acolhidos no tocante a condenação em honorários e custas;*

*3. O acórdão que julgou ao recurso de apelação, deu parcial provimento à insurgência da autora para condenar o estabelecimento hoteleiro ao pagamento dos direitos autorais pleiteados. Logo, sucumbente o réu, deve este arcar com as custas processuais e honorários advocatícios ao procurador da parte contrária.*

*4. Já em relação ao embargos declaratórios interposto por AMUARAMA TURISMO LTDA, inexistente omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada, de modo que é vedado a rediscussão da matéria já julgada (Súmula 18 do TJCE), mostrando-se incabíveis os aclaratórios;*

*5. Ambos embargos declaratórios conhecidos, sendo ACOLHIDOS os embargos de número 0097893-34.2009.8.06.0001/50000 e REJEITADOS os embargos de número 0097893-34.2009.8.06.0001/50001.*

Em suas razões de recurso especial, o recorrente alegou violação ao art. 23, da Lei n.º 11.771/08, alegando que o quarto de hotel não pode ser considerado local de frequência coletiva, mas de frequência individual e de uso particular e exclusivo do hóspede, com o que não incidiria a cobrança pela execução pública de programação televisiva e radiofônica. Acenou pela ocorrência de dissídio jurisprudencial. Requereu, por fim, o provimento do presente recurso especial.

Houve apresentação de contrarrazões às fls. 596/627.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece provimento.

Com efeito, verifica-se que o Tribunal de Justiça *a quo* decidiu em conformidade com a jurisprudência do STJ.

A propósito:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTOS DE HOTEL. TV POR ASSINATURA.**

**COBRANÇA. LEI 9.610/98. LEGALIDADE. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. FATOS GERADORES DIVERSOS.**

1. De acordo com o entendimento consolidado nesta Corte, a disponibilização de aparelhos radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança dos direitos autorais pelo ECAD das obras musicais, lítero-musicais e fonogramas por meio deles executadas.

2. "Para fins de reconhecimento da possibilidade da cobrança, é irrelevante que a execução não autorizada de obras musicais e audiovisuais em locais de frequência coletiva tenha se dado a partir da disponibilização de aparelho televisor com equipamento receptor do sinal de TV a cabo ou TV por assinatura" (REsp 1.589.598/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 22/06/2017)

3. "Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem." (REsp 1.589.598/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe de 22/06/2017)

4. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1639215/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 09/02/2018)

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. DIREITOS AUTORAIS. QUARTO DE HOTEL. APARELHOS TELEVISORES. TV POR ASSINATURA. COBRANÇA. POSSIBILIDADE. LEI Nº 9.610/1998. CAPTAÇÃO E TRANSMISSÃO DE RADIODIFUSÃO. FATOS GERADORES DISTINTOS. INEXISTÊNCIA DE BIS IN IDEM. LEI Nº 11.771/2008. CONFLITO. AUSÊNCIA.**

1. À luz das disposições insertas na Lei nº 9.610/1998 e consoante a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a simples disponibilização de aparelhos radiofônicos e televisores em quartos de hotéis, motéis, clínicas e hospitais autoriza a cobrança, pelo Escritório

*Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD -, dos direitos autorais de todos os titulares filiados às associações que o integram.*

*2. Para fins de reconhecimento da possibilidade da cobrança, é irrelevante que a execução não autorizada de obras musicais e audiovisuais em locais de frequência coletiva tenha se dado a partir da disponibilização de aparelho televisor com equipamento receptor do sinal de TV a cabo ou TV por assinatura.*

*3. Na cobrança de direitos autorais por suposta utilização não autorizada de obra artística, não se pode confundir a obrigação da empresa exploradora do serviço de hotelaria com o a obrigação da empresa prestadora dos serviços de transmissão de sinal de TV por assinatura, pois resultam de fatos geradores distintos, a saber: (i) a captação de transmissão de radiodifusão em locais de frequência coletiva (quartos de hotel) e (ii) a radiodifusão sonora ou televisiva em si. Daí porque não há falar, em casos tais, na ocorrência de bis in idem.*

*4. Nos termos da jurisprudência desta Corte as disposições da Lei nº 11.771/2008 não conflitam com a Lei nº 9.610/1998, pois se trata de diplomas legais com âmbito de incidência diverso.*

*5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 802.891/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/08/2017, DJe 29/08/2017)*

**Ante o exposto, com arrimo no art. 932, inciso IV, do CPC/15 c.c. o Enunciado n.º 568/STJ, conheço e nego provimento ao recurso especial.**

**Intimem-se.**

**Brasília (DF), 04 de abril de 2019.**

**Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**